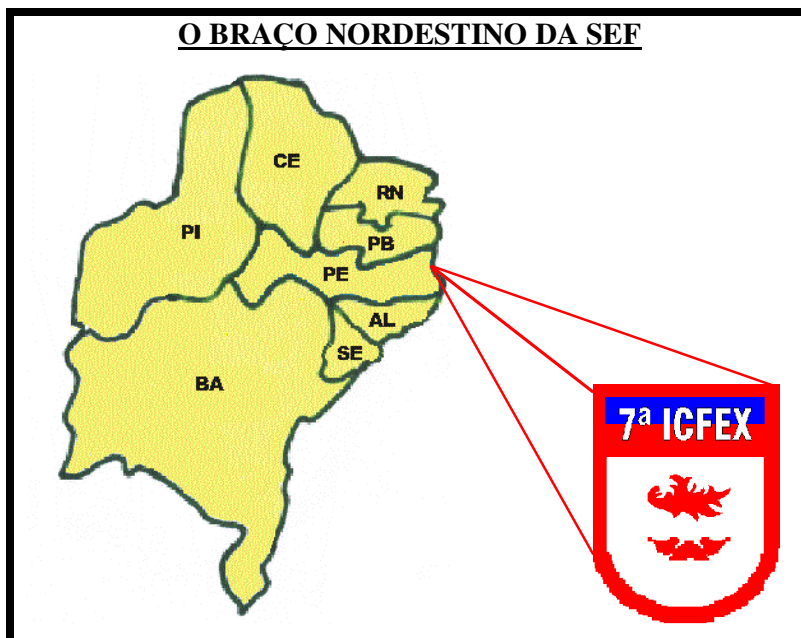




**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS  
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO  
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)**

**O BRAÇO NORDESTINO DA SEF**



**COLETÂNEA DOS ANEXOS AO BOLETIM INFORMATIVO Nº 08  
(29 DE AGOSTO DE 2008)**

**FALE COM A 7ª ICFEx**

**Correio Eletrônico:** [7icfex@eb.mil.br](mailto:7icfex@eb.mil.br)  
[7icfex-chsecaptec@eb.mil.br](mailto:7icfex-chsecaptec@eb.mil.br)  
**Página Internet:** <http://www.7icfex.eb.mil.br>  
**Telefones:** Fixo – (0 XX 81) 3423-7500  
RITEX – 870-7180



7ª ICFE <sub>x</sub>	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 08, de 29 de agosto de 2008</i>	<i>Pág 1</i>	
----------------------	--	--------------	--

## ÍNDICE

<b>ANEXOS</b>	<b>A S S U N T O S</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>“A”</b>	- Segregação de Função	<b>2</b>
<b>“B”</b>	- Licitação para Atividades Geradoras de Receita	<b>9</b>
<b>“C”</b>	- Anuidade de Entidade Reguladora de Exercício Profissional	<b>11</b>
<b>“D”</b>	- Uniformização de procedimentos para notificação de responsáveis por danos ao Erário	<b>14</b>
<b>“E”</b>	- Retenção do ISS (Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006.)	<b>20</b>
<b>“F”</b>	- Contratação de Professores, Conferencistas ou Instrutores	<b>22</b>

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 08, de 29 de agosto de 2008	Pág 2	
----------	---	-------	--

## ANEXO “A”

### SEGREGAÇÃO DE FUNÇÃO

Esta Inspeção recebeu da Diretoria de Auditoria (**D Aud**), o Ofício abaixo transcrito, versando sobre **segregação de função**:



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS**  
**(Contadoria Geral / 1841)**

**Of nº 064 – SPE/D Aud - CIRCULAR**

**Brasília, 29 de julho de 2008.**

**Do** Diretor de Auditoria

**Ao** Sr Chefe da 7ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército

**Assunto:** segregação de função

**Anexo:** - cópia do Ofício nº 079-A/2, de 16 de julho de 2008, Secretaria de Economia e Finanças;  
- cópia do Ofício nº 142-S/2.2.3, de 18 de julho de 2008, da 1ª ICFEx.

1. Versa o presente expediente sobre consulta formulada pela 1ª ICFEx, tratando do confronto entre as responsabilidades do Encarregado do Setor de Material constante do item 3 do Art. 35 do RAE.

2. A fim de uniformizar os procedimentos no âmbito do controle interno do EB, relativo a esse assunto, incumbiu-me o Sr Subsecretário de Economia e Finanças de determinar a essa Unidade de Controle Interno que transcreva integralmente sem qualquer alteração, em Separata ao Boletim Informativo do mês de agosto, o conteúdo supra-referenciado.

**Gen Bda JOSÉ CARLOS NADER MOTTA**  
Diretor de Auditoria

**OSORIO 200 ANOS**

**“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”**

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 08, de 29 de agosto de 2008	Pág 3	
----------	---	-------	--



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS**  
**1ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO**  
**(Sv Fundos Reg 1ª RM / 1934 )**

**Rio de Janeiro, 18 de junho de 2008**

**Ofício nº 142 - 5/2.2.3 / 1ª ICFEx**

Do Chefe da 1ª Inspeção de Contabilidade e  
Finanças do Exército

Ao Sr Secretário de Economia e Finanças

**Assunto:** consulta de UG vinculada à esta ICFEx.

**Ref:** Port nº 004-SEF, de 06 Nov 02.

1. Versa o presente expediente sobre consulta efetuada pelo Ordenador de Despesas do Comando do Comando Militar do Leste (OD Cmdo CML), nos moldes da Portaria acima referenciada.

2. Encaminho a V. Exª dúvida surgida entre o contido no **item 9.3.4 do Acórdão 1.886/2007 – 1ª Câmara, do Tribunal de Contas da União (TCU)** em confronto com as responsabilidades do Encarregado do Setor de Material (Enc St Mat), constantes do **item 3 do art. 35 do Regulamento de Administração do Exército (RAE)**, aprovado pelo Dec nº 98.820, de 12 Jan 90, que ora destacamos:

*"Acórdão 1.886/2007*

*(..)*

*9.3.4. adote medidas corretivas no sentido de observar o princípio de segregação de funções, especialmente no que tange ao servidor responsável pelo almoxarifado, a fim de que este se abstenha de efetuar o preenchimento dos formulários de requisição de material;"*

*"Dec nº 98.820, de 12 Jan 90*

*(..)*

*Art 35. O Encarregado do Setor de Material é o responsável pela execução das atividades de aquisição, alienação de material e de contratação de obras e serviços da UA, bem como pela administração do material, a seu cargo, segundo a legislação em vigor. Compete-lhe:*

*(..)*

*3) fazer pedidos de aquisição de material ou de prestação de serviços, submetendo-os ao Fiscal Administrativo;"*

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 08, de 29 de agosto de 2008</i>	<i>Pág 4</i>	
----------	--	--------------	--

3. Da análise dos supracitados dispositivos, verifica-se que, de acordo com o entendimento daquela Egrégia Corte de Contas, há conflito entre as atribuições funcionais do Enc St Mat elencadas no RAE, o que, salvo melhor juízo, ensejaria o acúmulo de funções.

4. Quanto ao pronunciamento desta Inspeção, após analisar os aspectos que envolvem a citada função, de acordo com a norma vigente, foi observado que o Enc St Mat, efetivamente realiza a gestão de material envolvendo as ações de pedido (Requisição), compras (Empenho), recebimento (atesto no verso da Nota Fiscal) e, ainda, a distribuição do material, ou seja, participa diretamente de toda a gestão e dá origem à documentação necessária ao registro contábil do material a seu cargo.

Entretanto, cabe destacar que os mecanismos de controle do patrimônio existentes no âmbito da Força, consubstanciados no Sistema de Material do Exército (SIMATEX) e nas normas vigentes, contemplam as funções e as responsabilidades dos agentes da administração relacionadas à gestão de material, com a supervisão da Fiscalização Administrativa. Estes procedimentos, quando aplicados adequadamente, garantem a fidedignidade dos controles de material da Unidade.

Isto se aplica inclusive no objeto em análise, tendo em vista que a emissão do próprio documento de Requisição tem em sua composição o despacho do Fiscal Administrativo atestando a real necessidade da aquisição dos itens nele relacionados, bem como a autorização do Ordenador de Despesas.

5. Considerando as características da sistemática de controle praticadas no âmbito do Comando do Exército e o fato de que a citada decisão trata de Órgão distinto, sem que seja possível a verificação de similaridade de procedimentos, esta Unidade de Controle Interno entende, salvo outro juízo, que o contido no referido Acórdão do TCU não implica na alteração de rotina no âmbito do Exército.

6. Em função do exposto, e considerando tratar-se de jurisprudência do Órgão de Controle Externo, submeto o entendimento desta Inspeção à consideração de V.Exª para o competente e definitivo parecer.

PAULO ISRAEL LOPES PEDROZO - Cel

Ch 1ª ICFeX

**OSORIO 200 ANOS**

**"É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever"**

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 08, de 29 de agosto de 2008	Pág 5	
----------	---	-------	--



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS  
(Contadoria Geral / 1841)**

**Brasília, 16 de julho de 2008.**

**Of nº 079 - A/2**

**Do:** Subsecretário de Economia e Finanças

**Ao:** Sr Chefe da 1ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército

**Assunto:** consulta de UG vinculada a essa ICFEx (Encarregado do Setor de Material)

**Ref:** Of nº 142-S/2.2.3 – 1ª ICFEx, de 18 de junho de 2008.

**Anexo:** - 01 (um) Fluxograma Simplificado – Aquisições na UA; e  
- 01 (um) Fluxograma Horizontal – Aquisições na UA.

1. Trata o presente expediente sobre consulta formulada pelo OD do Comando Militar do Leste acerca da possível incompatibilidade do item 3), do art. 35, do Decreto nº 98.820, de 12 Jan 90 (Regulamento de Administração do Exército – RAE) com o item 9.3.4, do Acórdão 1.886/2007 – 1ª Câmara, do Tribunal de Contas da União (TCU).

2. Com esboço no entendimento mantido por essa ICFEx – fruto de uma percutiente análise dos aspectos que envolvem o desempenho das funções de Encarregado do Setor de Material – esta Secretaria resolveu abordar, de forma complementar, o seguinte:

a. o Acórdão 1.886/2007 trata de uma situação específica de um órgão com estrutura distinta das UG do Comando do Exército;

b. o pedido de aquisição de material ou serviço, citado no item 3), do art. 35, do RAE, difere do pedido de material citado nos itens 8) do art. 35 e 3) do art. 44, e no Art. 81 do RAE, sendo, este último, o documento que formaliza o fato gerador da necessidade de material e/ou serviço;

c. o formulário para o pedido de material citado nos arts. 44 e 81 do RAE, ainda em vigor, é o mesmo III-12, da Port nº 345-GB, de 18 Out 68, embora revogada;

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 08, de 29 de agosto de 2008</i>	<i>Pág 6</i>	
----------	--	--------------	--

d. o pedido de material ou serviço a que se refere o art. 35, do RAE, é a requisição referida no art. 13, das IG 12-02 (Instruções Gerais para a Realização de Licitações e Contratos no Ministério do Exército), e corresponde ao modelo constante do anexo ao Ofício nº 021-A/2-SEF - Circular, de 27 de fevereiro de 1996;

e. a segregação de funções consiste na separação entre as funções de autorização/aprovação, operação, execução, controle e contabilização dos fatos administrativos;

f. a sistemática de aquisição e distribuição de material adotada no âmbito do Exército, contempla o princípio da segregação de funções;

g. as funções do Almoxarife são supervisionadas pelo Fiscal Administrativo e pelo Ordenador de Despesas; e

h. o inciso VII, do art. 25, das IG 12-02, prevê que compete à Comissão de Licitação, quando for o caso, proceder ou receber o levantamento das necessidades a licitar.

3. Diante do exposto, e considerando as rotinas/tarefas exemplificadas nos fluxogramas anexos, esta Secretaria, alicerçada nas disposições contidas no RAE, entende que as recomendações contidas no **subitem 9.3.4, do Acórdão 1.886/2007 – TCU – Primeira Câmara, Processo 015.361/2005 – 0**, não se aplicam às UA/UG do Comando do Exército, uma vez que não há inobservância do princípio de segregação de funções, particularmente no que se refere às atribuições do Encarregado do Setor de Material. Consequentemente, **este Órgão de Direção Setorial é de parecer que não há necessidade de alteração das rotinas para gestão do material, no âmbito da Força Terrestre.**

---

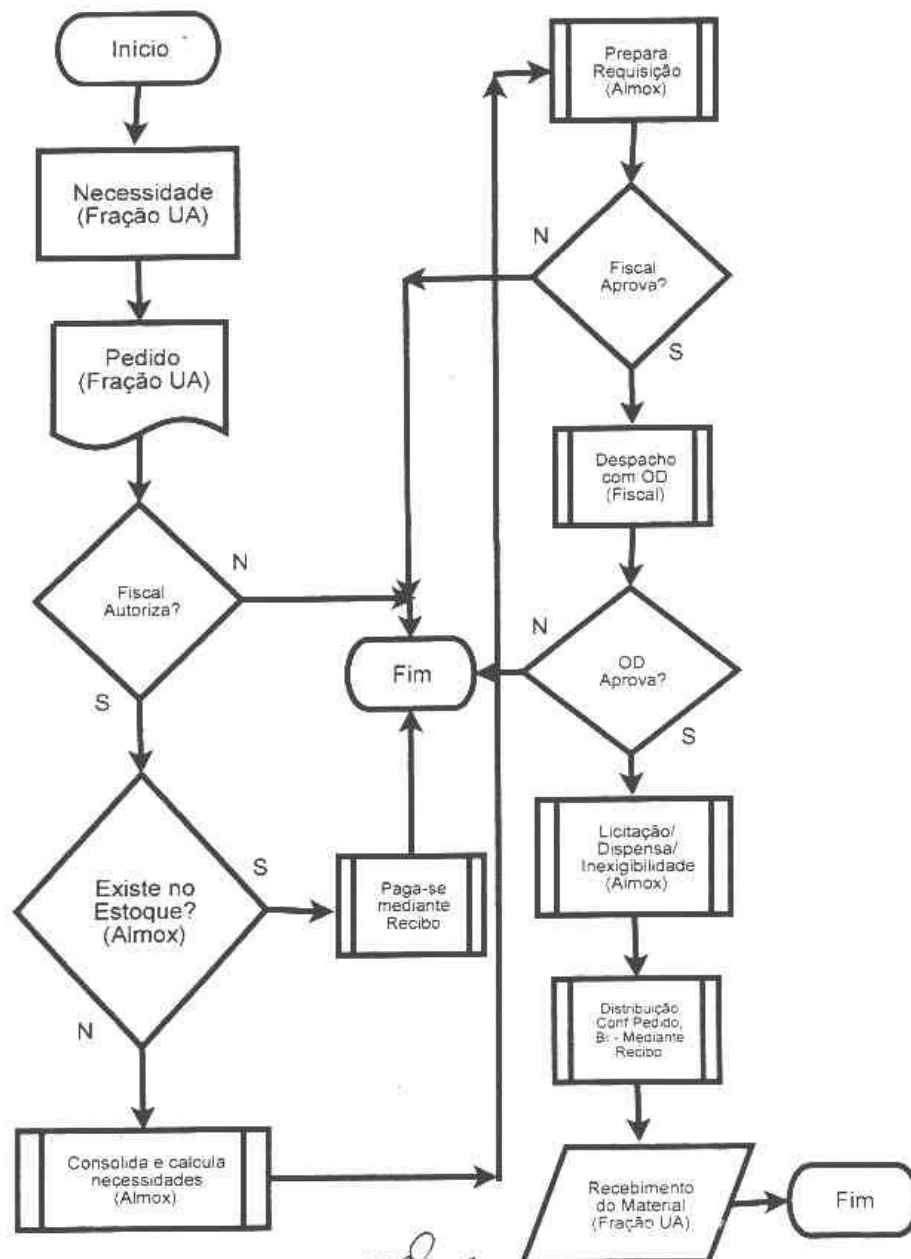
**Gen Div SEBASTIÃO PEÇANHA**

Subsecretário de Economia e Finanças

**OSORIO 200 ANOS**

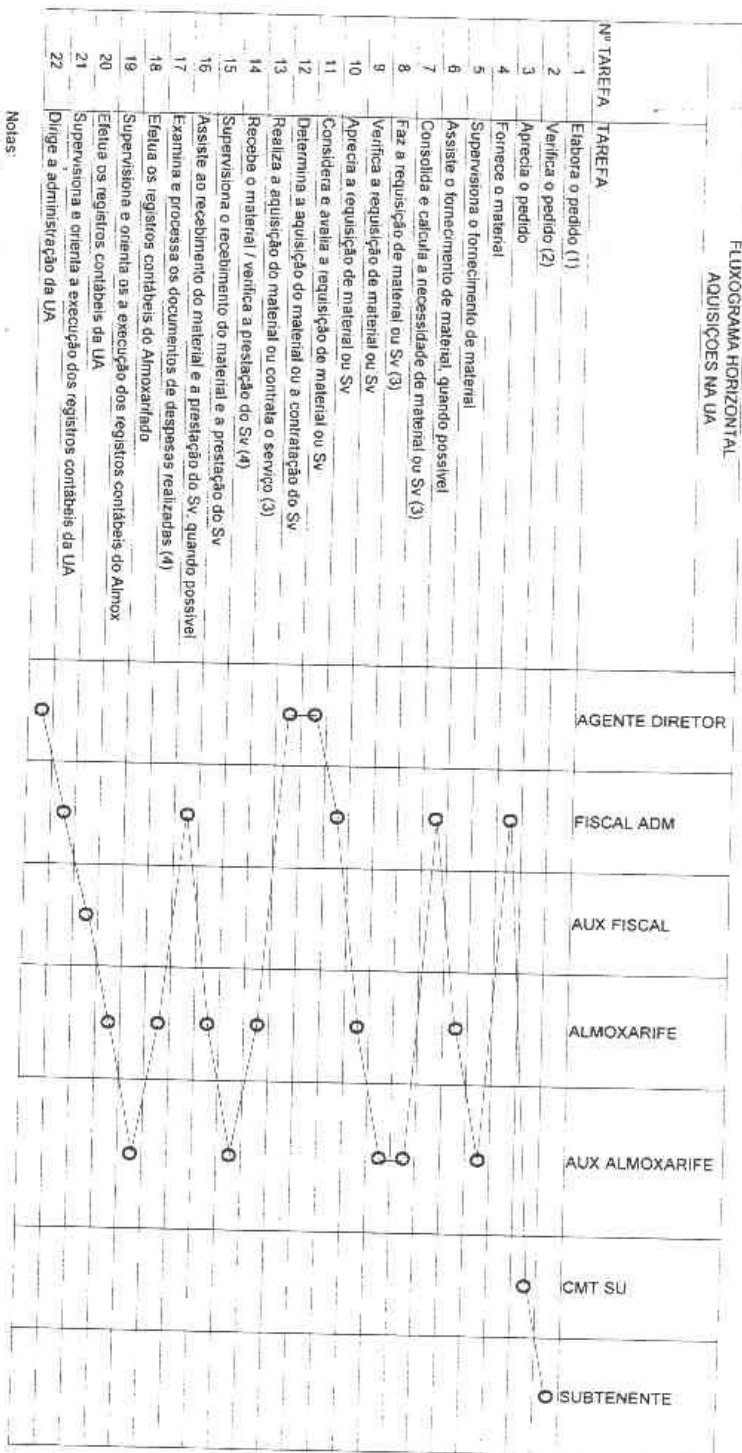
**“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”**

## Fluxograma Simplificado - Aquisições na UA



ASSE 2/SEF - JUL 2008

## AQUISIÇÕES NA UA - FLUXOGRAMA HORIZONTAL



## Notas:

- (1) Pode ser agente designado na seção  
 (2) Pode ser Chefe de Seção  
 (3) Pode ser Seção de Licitação/Setor de Aquisições  
 (4) Pode ser o Fiscal do Contrato

ASSE 2 / SEF - JUL 2008

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 08, de 29 de agosto de 2008	Pág 9	
----------	---	-------	--

## ANEXO “B”

### LICITAÇÃO PARA ATIVIDADES GERADORAS DE RECEITA

Esta Inspetoria transcreve extratos dos ofícios abaixo, versando sobre licitação para atividades geradoras de receitas:

A 4ª ICFeX consultou a SEF por meio do Of 065 S/2, de 24 Jun 08, transcrito abaixo, com o objetivo de definir parâmetros que definam a obrigatoriedade de efetuar licitação para atividades geradoras de receitas:

#### 2. Estudo da legislação pertinente:

2.1. O parágrafo único do art. 15 da Port 017 SEF, de 25 Out 06, que aprova as Normas para a Administração das Receitas Geradas pelas Unidades Gestoras, indica que “o valor a ser considerado, para fins de estabelecimento da modalidade de licitação ou de sua dispensa ou, ainda, de sua inexigibilidade, deverá abranger o total do contrato e de suas prorrogações, quando previstas” (grifo nosso). Orientação semelhante é apresentada pelo DEC, no art. 46 da Port 011 DEC, de 04 Ago 05.

2.2. O inciso III do art. 25 da Port 011 DEC, de 04 Ago 05, informa que nas cessões de uso para atividade de apoio “o prazo contratual, previamente estabelecido, será de até 2 anos, podendo ser prorrogado, por igual período ou inferior, desde que não ultrapasse o limite máximo de cinco anos, de acordo com o interesse da UG, e desde que previsto no respectivo instrumento convocatório de licitação ou no seu processo de dispensa ou inexigibilidade”.

2.3. O art. 15 da Port 017 SEF, já mencionada, esclarece que aplicam-se àquelas Normas, os preceitos da Lei 8.666/93, e essa Lei prevê, no inciso I do art. 24, que é dispensável a licitação para outros serviços e compras de valor até 8.000,00, nos casos previstos na mesma Lei, e para alienações, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto, e que possa ser realizada de uma só vez, limitação essa conhecida como “fracionamento de despesas”.

3. Esta Inspetoria, durante as visitas de auditoria às UG vinculadas, vem constatando a não realização de licitação para contratação de atividades geradoras de receitas, particularmente cessão de uso para exercício de atividades de apoio, em decorrência do entendimento de que, uma vez que não esteja prevista a prorrogação do instrumento contratual, e sendo o valor total do contrato inferior a R\$ 8.000,00, estaria dispensada a licitação, podendo ser apresentado o seguinte exemplo prático:

- Atividade: exploração de cantina
- Prazo contratual: 18 meses, sem previsão de prorrogação
- Valor mensal: R\$ 440,00
- Valor total do contrato:  $18 \times 440 = \text{R\$ } 7.920$  (inferior a R\$ 8.000,00)

4. Ocorre que, quando de expiração do contrato, verifica-se que o mesmo cessionário continua explorando a mesma atividade de apoio, no mesmo espaço físico da UG, mediante elaboração, aprovação e assinatura de um novo instrumento contratual, de idêntica duração (ou não), igualmente sem previsão de prorrogação, e novamente baseado em dispensa de licitação fundamentada no inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93, caracterizando-se, no entendimento desta Inspetoria, como “atividade continuada”.

5. Ante o acima exposto, esta Inspetoria entende que para definição da modalidade de licitação cabível, nas atividades geradoras de receitas, particularmente cessões de uso para exercício de atividades de apoio, previstas no inciso II do art. 25 da Port 011 DEC, de 04 Ago 05, de natureza “continuada”, aplica-se, por semelhança, o princípio conhecido como “fracionamento de despesas”, devendo ser adotado

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 08, de 29 de agosto de 2008	Pág 10	
----------	---	--------	--

*como parâmetro para definição da modalidade de licitação, a avaliação prévia de mercado, prevista no art. 45 da mesma Portaria, multiplicada pelo prazo máximo possível para a atividade (60 meses), e não somente o prazo de vigência do contrato e suas prorrogações previstas, conforme constante do item 2.1 acima, sendo cabível, no exemplo do número 3. acima, a licitação na modalidade de convite (60 meses X 440,00 = R\$ 26.400,00).*

*6. Em decorrência do acima exposto, solicito a Vexa verificar a possibilidade de ratificar ou retificar o entendimento desta Chefia.*

**Em sua resposta, apresentada por meio do Of 070 A/2SEF, de 09 Jul 08, a SEF define os parâmetros para a obrigatoriedade da realização de licitação para atividades geradoras de receitas, particularmente aquelas relacionadas com cessão de uso de forma continuada:**

*2. Tendo em vista a exposição contida nos itens 4 e 5 <da consulta dessa ICFEx>, esta Secretaria entende que o contrato de cessão de uso passou a classificar o seu objeto como sendo serviço de natureza contínua, com a possibilidade de prorrogação contratual com espeque no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, logo, a extrapolação do limite estabelecido no inciso II, do art. 24 daquele diploma legal, restou evidenciada já com a assinatura de novo instrumento contratual. Deste modo, não foi considerado pela Administração da UG, como fator predominante da modalidade licitatória utilizada, no caso “dispensa”, o valor total do contrato, o que caracterizou “fracionamento” para evitar a modalidade adequada.*

*3. Diante do exposto, e considerando a fundamentação básica legal insculpida no item 2. <consulta da 4ª ICFEx>, esta Secretaria ratifica o entendimento mantido por essa Inspetoria.*

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 08, de 29 de agosto de 2008	Pág 11	
----------	---	--------	--

## ANEXO “C”

### ANUIDADE DE ENTIDADE REGULADORA DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Esta Inspeção encaminhou à SEF, o Ofício abaixo transcrito:



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS**  
**7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO**  
**(Sv Fundos Reg/7ª RM-1934)**

**Ofício nº 038 - S/3**

**Recife-PE, 22 de julho de 2008**

**Do** Chefe da 7ª Inspeção de Contabilidade e  
Finanças do Exército

**Ao Sr** Subsecretário de Economia e Finanças.

**Assunto:** Anuidade de entidade reguladora de exercício  
profissional

**Ref :** - Port 073 de 27 Fev 03;  
- IG 50-03;  
- Lei 5194 de 24 Dez 66.

1. Versa o presente expediente sobre pagamento de anuidade pessoa jurídica do conselho regional de engenharia e arquitetura – CREA.

2. Solicito a V. Exª a possibilidade da apreciação do assunto, nos termos que se seguem:

a) Esta ICFEx detectou através da 2007NE900086 da UG 160047 – CMDO 10ª RM o pagamento de anuidade Pessoa Jurídica ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA/CE referente aos anos de 2005/2006/2007 na Conta Contábil 333903901 (Assinaturas de Periódicos e Anuidades) e diligenciou a unidade através da MSG SIAFI 2007/0668818, de 22 Mai 07.

b) Através da MSG SIAFI 2007/0670063, de 22 Mai 07, a UG respondeu que o referido crédito destinou-se ao pagamento do CREA Pessoa Jurídica do CMDO 10ª RM regularizando a situação da SRO/10.

c) Esta ICFEx solicitou que fosse enviado a legislação que ampara o pagamento ao CREA Pessoa Jurídica da SRO/10 e a unidade enviou a IG 50-03 e a Lei 5194 de 24 Dez 66, as quais não esclarecem o assunto, de forma a dirimir as dúvidas desta ICFEx.

d) Também foi solicitado ao CMDO da 10ª RM informar se a SRO/10 possui Registro no CREA-CE, e caso positivo o nº do CNPJ utilizado no ato da inscrição. A unidade informou que o registro no CREA é 34961 e o CNPJ utilizado foi 00.394.452/0441-43 (CNPJ do CMDO da 10ª RM).

e) Esta ICFEx verificou junto a outras UG de Engenharia e constatou que a UG 160176 – 1º GPT E CNST recebeu cobrança do CREA mas ainda não efetuou o pagamento; a UG 160339 – 1º BECNST já realizou pagamento ao CREA com a inscrição 2987-EM/RN utilizando o CNPJ 00.394.452/0031-10; e as UG 160203 – 2º BECNST, 160202 – 3º BECNST, 160343 – 7º BECOMB, 160036 – CMDO 6ª RM e 160201 – CRO/7 não efetuaram pagamento ao CREA.

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 08, de 29 de agosto de 2008	Pág 12	
----------	---	--------	--

f) Esta Setorial Contábil consultou a legislação sobre o assunto constante na referência, e a Lei 5.194, de 24 Dez 66 e verificou que cabe aos profissionais como pessoa física, efetuarem o pagamento do CREA com recursos próprios. Vê-se no artigo 55 da referida lei que “Os profissionais habilitados na forma estabelecida nesta Lei só poderão exercer a profissão após o registro no Conselho Regional sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade”. A referência ao profissional aparece ainda no artigo 58, segundo o qual se o “profissional, firma ou organização, registrado em qualquer Conselho Regional, exercer atividade em outra Região, ficará obrigado a visar, nela, o seu registro”. Além disso, o § 2º do Art 59 afirma que **“As entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista que tenham atividade na engenharia, na arquitetura ou na agronomia, ou se utilizem dos trabalhos de profissionais dessas categorias, são obrigadas, sem qualquer ônus, a fornecer aos Conselhos Regionais todos os elementos necessários à verificação e fiscalização da presente Lei”**. É sabido, ainda, que o registro de pessoa jurídica é cabível quando a sua atividade principal está relacionada com a área do conselho em questão, na exegese do artigo 60, que afirma: **“Toda e qualquer firma ou organização que, embora não enquadrada no artigo anterior, tenha alguma seção ligada ao exercício profissional da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, na forma estabelecida nesta Lei, é obrigada a requerer o seu registro e a anotação dos profissionais, legalmente habilitados, delas encarregados”**. Assim, continua o artigo 63: **“Os profissionais e pessoas jurídicas registrados de conformidade com o que preceitua a presente Lei são obrigados ao pagamento de uma anuidade ao Conselho Regional a cuja jurisdição pertencerem”**. Ressalte-se, ainda que a letra “b” Item 4 da Portaria nº 052, de 06 de fevereiro de 2001 diz que “todo o pessoal, militar ou civil, permanente, comissionado ou temporário, para o qual tenha sido requisito de ingresso ou contratação a comprovação de qualificação profissional prevista em legislação federal está abrangido por estas Normas, independente do cargo que esteja ocupando.

g) Entretanto, com relação ao caso concreto, conforme § 1º do Art. 1º da Resolução 336, de 27 Out 1989 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, “as empresas públicas e sociedades de economia mista serão enquadradas, para o registro, nas classes estabelecidas neste artigo, conforme a atividade desenvolvida”. Ademais, a Lei nº 6.839 de 30 de outubro de 1980, que dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, em seu Art. 1º diz: “O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, **em razão da atividade básica** ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros”. Por fim, o Acórdão do Tribunal Regional Federal da Quinta Região, processo 9505296320, UF/CE, data: 25/10/1996 – de forma análoga, página 81760, teve decisão unânime afirmando que **“Somente empresa privada que tenha como atividade básica a prestação de serviço de enfermagem e/ou medicina, está obrigada a inscrição no Conselho Regional de Enfermagem, aos entes públicos reserva-se a interpretação restritiva do conceito “Empresa”, inclusive, determinado aos órgãos de pessoal a observação da inscrição no conselho próprio, para provimento de cargos, funções e contratação de pessoal”**.

3. Dessa forma, em que pese a dúvida gerada pelo estudo da legislação, e haver um impasse sobre o assunto, com relação aos órgãos da Administração Direta, esta Inspetoria entende que não é o caso das Unidades Gestoras do Exército efetuarem o pagamento do CREA, salve melhor juízo, cabendo somente aos engenheiros, como pessoa física, efetuarem o pagamento com recursos próprios.

4. Isto posto, solicito a V Exª verificar a possibilidade de mandar retificar ou ratificar o entendimento desta Setorial Contábil.

**GERALDO LUIZ DOS SANTOS – TC**  
RESP P/ CHEFIA DA 7ª ICFeX

**OSORIO 200 ANOS**

**“É fácil a missão de comandar homens livres. Basta mostrar-lhes o caminho do dever”**

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 08, de 29 de agosto de 2008</i>	Pág 13	
----------	--	--------	--

Esta Inspeção recebeu da SEF, o Ofício abaixo transcrito:



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS  
(Contadoria Geral / 1841)**

**Of nº 084 – A/2**

**Brasília, 31 de julho de 2008.**

**Do Subsecretário de Economia e Finanças**

**Ao Sr Chefe da 7ª Inspeção de Contabilidade e  
Finanças do Exército**

**Assunto:** anuidade de entidade reguladora de exercício profissional

**Ref:** Of nº 038-S/3/7ª ICFEx, de 27 Julho de 2008.

1. Versa o presente expediente sobre consulta formulada por essa Inspeção acerca do pagamento de anuidade de pessoa jurídica ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA.

2. Analisando a questão à luz do § 2º, do art. 59, da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966; do art. 2º, da Resolução nº 336, de 27 de outubro de 1989, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; e do nº 1) da letra “a”, e letra “d” do nº 3, da Portaria nº 052, de 06 de fevereiro de 2001, do Comandante do Exército, esta Secretaria ratifica o entendimento dessa ICFEx, no sentido de que **não é o caso do Comando da 10ª Região Militar, e das UG relacionadas na letra “e”, do nº 2, do documento da referência, efetuarem o pagamento do CREA, uma vez que cabe aos profissionais, por meio de recursos próprios, a responsabilidade pelo cumprimento de tal obrigação.**

3. Esta Secretaria julga oportuno ressaltar que cabe à UG fornecer, quando solicitada, a relação de seu pessoal contendo nome e titulação, bem como verificar se os profissionais habilitados estão regularizados junto ao respectivo conselho ou ordem, conforme o caso.

4. Em função do acima exposto, essa Setorial Contábil deverá orientar a administração das UG envolvidas sobre a necessidade de **devolução do valor pago indevidamente**, com observância dos procedimentos contábeis para registro no SIAFI.

---

**Gen Div SEBASTIÃO PEÇANHA**  
Subsecretário de Economia e Finanças

**OSORIO 200 ANOS**

**“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”**

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 08, de 29 de agosto de 2008	Pág 14	
----------	---	--------	--

## ANEXO “D”

### UNIFORMIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PARA NOTIFICAÇÃO DE REESPONSÁVEIS POR DANOS AO ERÁRIO

Esta Inspeção encaminhou à SEF, o Ofício abaixo transcrito:



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS  
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO  
(Sv Fundos Reg/7ª RM-1934)**

**Recife-PE, 12 de março de 2008**

**Ofício nº 075 - S/2.1**

**Do** Chefe da 7ª Inspeção de Contabilidade e  
Finanças do Exército

**Ao Sr** Subsecretário de Economia e Finanças.

**Assunto:** uniformização de procedimentos de danos ao  
erário

**Ref :** - Port 008/03-SEF

**Anexo:** - Of Nº 0071-Asse Jur-7, da 7ª RM, de 12 Fev 08.

1. A presente consulta tem por objetivo a uniformização de procedimentos em apuração de danos ao erário.

2. A Assessoria Jurídica da 7ª RM, em consulta a esta Setorial, Of anexo, expõe seus entendimentos acerca de apuração de danos ao erário, coloca alguns questionamentos em relação à dificuldade de Notificar responsáveis ausentes ou em lugar ignorado e sugere a adoção de práticas previstas na Lei 9.784/99 e no CPC, abaixo transcritas:

[LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999.](#)

[Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.](#)

*Art. 26. O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.*

*§ 1º A intimação deverá conter:*

.....  
*V- informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento;*  
.....

*§ 3º A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.*

*§ 4º No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial.*

§ 5º As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

[LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973.](#)  
[Institui o Código de Processo Civil.](#)

Art. 227. Quando, por três vezes, o oficial de justiça houver procurado o réu em seu domicílio ou residência, sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar a qualquer pessoa da família, ou em sua falta a qualquer vizinho, que, no dia imediato, voltará, a fim de efetuar a citação, na hora que designar.

Art. 228. No dia e hora designados, o oficial de justiça, independentemente de novo despacho, comparecerá ao domicílio ou residência do citando, a fim de realizar a diligência.

§ 1º Se o citando não estiver presente, o oficial de justiça procurará informar-se das razões da ausência, dando por feita a citação, ainda que o citando se tenha ocultado em outra comarca.

§ 2º Da certidão da ocorrência, o oficial de justiça deixará contrafé com pessoa da família ou com qualquer vizinho, conforme o caso, declarando-lhe o nome.

Art. 229. Feita a citação com hora certa, o escrivão enviará ao réu carta, telegrama ou radiograma, dando-lhe de tudo ciência.

.....

Art. 231. Far-se-á a citação por edital:

I - quando desconhecido ou incerto o réu;

II - quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar;

.....

3. Esta Setorial concorda com o entendimento da Asse Jur da 7ª RM, em relação à possibilidade do uso subsidiário das referidas leis, posto que alguns responsáveis se esquivam em conhecer da Notificação (assinando-a ou não) tomando paradeiro ignorado. Por conta disso, alguns processos encontram-se parados, impedidos, dessa forma, no prosseguimento de seu curso.

4. Contudo, esta Inspetoria também verifica a falta de parâmetros para efetivamente aplicar tais leis em comento, uma vez que há de haver, salvo melhor juízo, norma interna ou, ao menos, orientação superior para pormenorizar o seu uso, como, por exemplo, possui o TCU no Art 22 da Lei 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU), principalmente nos aspectos que tanjam:

a. à forma;

b. aos prazos;

c. aos meios de exteriorização (jornal e/ou DOU);

d. à quantidade de vezes que a Notificação deve ser publicada, enviada via EBCT ou levada na residência do ausente.

5. Do exposto, solicito a V. Exa verificar a possibilidade de mandar estudar o assunto em pauta, a fim de se obter a crescente uniformização dos procedimentos de apuração de danos ao erário.

---

**JOSÉ ARNÓBIO FERRÃO DE ALBUQUERQUE NETO-CEL INT**  
 Chefe da 7ª ICFEx

**OSORIO 200 ANOS**

**“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”**

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 08, de 29 de agosto de 2008	Pág 16	
----------	---	--------	--

Esta Inspeção recebeu da SEF, o Ofício abaixo transcrito:



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS  
(Contadoria Geral / 1841)**

**Brasília, 14 de agosto de 2008.**

**Of nº 095 - A/2 - CIRCULAR**

**Do Subsecretário de Economia e Finanças**

**Ao Sr Chefe da 7ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército.**

**Assunto:** uniformização de procedimentos para notificação de responsáveis.

**Ref:** Portaria nº 008-SEF, de 23 de dezembro de 2003.

**Anexo:** a. Ofício nº 075-S/2.1-7ª ICFEx, de 12 de março de 2008.

b. Ofício nº 091 - A/2-SEF, de 12 de agosto de 2008.

c. Ofício nº 09-Asse Jur/D Aud, de 26 de junho de 2008.

1. Trata o presente expediente de uniformizar procedimentos para notificação de responsáveis por danos ao erário, com o propósito de permitir orientação adequada aos agentes da administração das Unidades Gestoras (UG) vinculadas.

2. Informo a essa Chefia que em atendimento à consulta formulada pela 7ª ICFEx, de acordo com o documento anexo (**letra “a”**), que trata de questionamento relacionado à dificuldade de notificar responsáveis por danos ao erário, considerando ausentes ou em lugar ignorado, esta Secretaria concordou com a proposta apresentada pela Diretoria de Auditoria, conforme ofícios sequencialmente anexos (**letras “b” e “c”**).

3. Informo, ainda, a essa Chefia que os procedimentos para notificação de responsáveis por danos ao erário – considerados ausentes ou em lugar ignorados – estão consubstanciados nas disposições contidas no inciso II, do código 231, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 que instituiu o Código de Processo Civil; e no § 4º, do artigo 26, da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula processo administrativo no âmbito da Administração Federal. Tais disposições legais estão transcritas no item 2., do ofício anexo (**letra “a”**).

4. Por fim, solicito a essa Chefia orientar os agentes da administração das UG vinculadas, no sentido de que sejam adotados os procedimentos ora descritos, até que sejam ultimados os trabalhos de atualização da portaria citada na referência.

\_\_\_\_\_  
**Gen Div SEBASTIÃO PEÇANHA**  
Subsecretário de Economia e Finanças

**OSORIO 200 ANOS**

**“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”**

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 08, de 29 de agosto de 2008	Pág 17	
----------	---	--------	--



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS**  
**DIRETORIA DE AUDITORIA**  
**DIRETORIA GENERAL SERZEDELLO CORRÊA**

**Brasília, 26 de junho de 2008.**

**Of nº 09 – Asse Jur/D Aud**

**Do Diretor de Auditoria**

**Ao Sr Subsecretário de Economia e Finanças**

**Assunto:** uniformização de procedimentos.

**Ref:** Of nº 075-S/2.1, de 12 de março de 2008 da 7ª ICFEx.

1. Versa o presente expediente sobre uniformização de procedimentos na realização de Processo Administrativo (PA) destinado à apuração de danos ao erário, especificamente quanto à notificação de responsáveis ausentes ou em lugar ignorado.

2. O assunto em epígrafe originou-se na consulta efetuada pela Assessoria Jurídica do Cmdo da 7ª RM, por meio do Of Nº 071-Asse Jur-7, de 12 de fevereiro de 2008, à 7ª ICFEx. Nessa consulta, expôs o seu entendimento acerca do assunto. Colocou alguns questionamentos em relação à dificuldade de se notificar os responsáveis ausentes ou em lugar ignorado e sugeriu a adoção de práticas previstas na Lei nº 9.784/99 e no Código de Processo Civil (CPC).

3. A 7ª ICFEx concordou com o entendimento da Asse Jur do Cmdo da 7ª RM, em relação ao uso subsidiário das supracitadas leis. Contudo, a Inspetoria manifestou que haveria necessidade de se fixar parâmetros para efetivamente, aplicar tais leis. Apontou a necessidade de se criar normas internas ou, ao menos, orientação superior para pormenorizar o seu uso. Ao final, solicitou a essa Secretaria, por meio do ofício referenciado, verificar a possibilidade de estudar o assunto, a fim de se obter a uniformização desses procedimentos.

4. Sobre o tema, esta Diretoria, após estudo, manifesta-se nos seguintes termos.

a. Lei 9.784/99, nos termos do seu artigo 1º, estabelece as normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração. Por fim, preceitua as disposições finais da Lei (artigo 69): “*os processos administrativos específicos continuarão a reger-se por lei própria, aplicando-se-lhes apenas subsidiariamente os preceitos desta Lei*”. A contrário senso, a rigor, a não aplicação da Lei 9.784 só é justificada quando o processo administrativo específico for regido por **lei própria**. A título de exemplo de processo específico, tem-se o Processo do Conselho de Justificação (regido pela Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972);

b. No âmbito do Comando do Exército, a referida lei é aplicada por intermédio da Portaria nº 008-SEF, de 23 Dez 203, a qual não clarifica os procedimentos quanto à notificação dos responsáveis por prejuízos causados à Fazenda Nacional.

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 08, de 29 de agosto de 2008</i>	<i>Pág 18</i>	
----------	--	---------------	--

5. Em consequência, esta Diretoria propõe o que se segue:

a. utilizar-se, por ora, do mandamento esculpido na Lei nº 5.869, de 11 de Janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para regular procedimentos de notificação de responsáveis por danos ao erário; e

b. adequação da Port nº 008-SEF, de 23 Dez 2003, à Lei 9.784/99, o que, aliás, já está sendo utilizado por esta Diretoria, como proposta a esse ODS, em virtude da citada lei demandar suplemento, pormenorização e detalhamento compatíveis com as peculiaridades da Força.

---

**Gen Bda JOSÉ CARLOS NEDER MOTA**  
Diretor de Auditoria

**OSORIO 200 ANOS**

**“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”**

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 08, de 29 de agosto de 2008</i>	Pág 19	
----------	--	--------	--



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS  
(Contadoria Geral / 1841)**

**Brasília, 12 de agosto de 2008.**

**Of nº 091 - A/2**

**Do Subsecretário de Economia e Finanças**

**Ao Sr Diretor de Auditoria**

**Assunto:** uniformização de procedimentos.

**Ref:** Of nº 09-Asse Jur/D Aud, de 26 de julho de 2008.

1. Versa o presente expediente sobre proposta apresentada por essa Diretoria, para uniformização de procedimentos específicos quanto à notificação de responsáveis por danos ao erário.

2. Considerando a exposição contida no documento da referência, informo a V Ex<sup>a</sup> que esta Secretaria concorda com o a proposta apresentada por essa Diretoria, para atender consulta formulada pela 7ª ICFEx.

3. Informo, ainda, a V Ex<sup>a</sup> que tendo em vista a necessidade de uniformizar procedimentos, aquela ICFEx – como setorial contábil consultante – e as demais Inspetorias estão sendo orientadas no sentido de que seja cumprido o disposto na **letra “a”**, do nº 5, do ofício da referência.

---

**Gen Div SEBASTIÃO PEÇANHA**  
Subsecretário de Economia e Finanças

**OSORIO 200 ANOS**

**“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”**

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 08, de 29 de agosto de 2008	Pág 20	
----------	---	--------	--

## ANEXO “E”

### RETENÇÃO DO ISS (Lei Complementar Nº 123, de 14/Dez /06).

Esta Inspeção encaminhou à SEF, o Ofício abaixo transcrito:



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS**  
**7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO**  
**(Sv Fundos Reg/7ª RM-1934)**

**Recife - PE, 11 de agosto de 2008.**

**Ofício nº 42 – S/3**

Do Chefe da 7ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército

Ao Sr Subsecretário de Economia e Finanças

**Assunto:** Retenção do ISS (Lei Complementar Nº 123, de 14/Dez/06).

**Ref.:** Port 004-SEF, de 06 Nov 02.

1. Versa o presente expediente sobre retenção ISS.
2. Transcrevo abaixo a MSG 2008/0812685, de 18JUL08, da UG 160034 – 4ª Cia Gd.

XX

Mensagem: 2008/0812685 Emissora 160034 4 COMPANHIA DE GUARDA de 18/07/08 as 10:16 por MAURICIO RODRIGUES DOS REIS Pag. 01/01.

Assunto: RECOLHIMENTO DE ISS - EMPRESAS OPTANTES SIMPLES NACIONAL - 160034  
 Texto : DO CMT/OD 4ª CIA GD  
 AO SR CHEFE DA 7ª ICFEX

1. VERSA A PRESENTE MSG SOBRE RECOLHIMENTO DE IMPOSTO SOBRE SERVICOS (ISS), DURANTE O PAGAMENTO DE NOTAS FISCAIS (NF) DE PRESTACAO DE SERVICOS, DE EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL.

2. COM O OBJETIVO DE DIRIMIR DUVIDAS, SOLICITO-VOS VERIFICAR A POSSIBILIDADE DE INFORMAR SE ESTA UG DEVERAH OU NAO, RECOLHER O ISS DURANTE O PAGAMENTO DE NF DE SERVICO, POR EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL.

3. TAL DUVIDA SURTIU TENDO EM VISTA O CONTIDO NO INCISO VIII DO ART 13 E A LETRA A) DO INCISO XIV, DO § 1º DO ART 13, AMBOS DA LEI COMPLEMENTAR NR 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.

SALVADOR, 18 DE JULHO DE 2008.  
 RICARDO MOUSSALLEM - MAJ  
 CMT/OD 4ª CIA GD

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 08, de 29 de agosto de 2008	Pág 21	
----------	---	--------	--

XX

3. Sobre o assunto, esta Inspeção entende que, a opção da empresa pelo Simples Nacional não exclui o recolhimento do ISS devido em relação aos serviços sujeitos a retenção na fonte (alínea "a" do inciso XIV do § 1º do art. 13 da LC 123/06) e que ao realizar tal recolhimento, deverá ser observada a Legislação Municipal aplicável.

4. Diante do exposto, solicito a V. Exa. mandar ratificar ou retificar o entendimento desta Setorial.

**GERALDO LUIZ DOS SANTOS** – Ten Cel Int  
Resp. p/ Chefia da 7ª ICFEx

**Como resposta, esta Inspeção recebeu da SEF, MSG SIAFI abaixo transcrita:**

Mensagem: 2008/0963256 Emissora 160509 SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS-GESTO  
de 26/08/08 as 09:19 por PAULO DE SOUZA MATTOS

**ASSUNTO:** RETENÇÃO DE ISS - A/2 SEF

**DO:** SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

**AO:** SR CHEFE DA 7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO

**REF:** OF NR 42-S/3, DE 11 AGO 08

1. O PRESENTE EXPEDIENTE VERSA SOBRE A RETENÇÃO E O RECOLHIMENTO DE ISS, POR UG DO COMANDO DO EXÉRCITO, REFERENTE A EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL, DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR NR 123, DE 14 DEZ 06.

2. APÓS ESTUDAR O ASSUNTO SOB O ASPECTO TÉCNICO-NORMATIVO, ESTA SECRETARIA RATIFICA O ENTENDIMENTO DESSA INSPETORIA, UMA VEZ QUE É OBRIGAÇÃO DA EMPRESA OPTANTE DO SIMPLES EFETUAR O RECOLHIMENTO DO ISS DEVIDO.

BRASILIA - DF, 26 DE AGOSTO DE 2008  
GEN DIV SEBASTIÃO PEÇANHA  
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

## ANEXO “F”

### CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES, CONFERENCISTAS OU INSTRUTORES

Esta Inspeção recebeu da SEF, o Ofício abaixo transcrito:



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS  
(Contadoria Geral / 1841)

Brasília, 04 de agosto de 2008.

Of nº 196 – Asse Jur- 08(A1/SEF)

CIRCULAR

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr Chefe da 7ª Inspeção de Contabilidade e Finanças  
do Exército.

**Assunto:** caracterização do “objeto de contratação” para  
efeito de dispensa de licitação

**Anexo:** Parecer nº 054/AJ/SEF, 31 Jul 08.

1. Esta Secretaria recebeu consulta do Comando de Operações Terrestre versando sobre definição de “objetivo de contratação” visando à inscrição de militares e servidores civis em cursos, seminários, simpósios e eventos de capacitação e/ou qualificação profissional, mediante contratação direta.

2. Dada a relevância do assunto, e por se tratar de questionamento recorrente e de interesse de todo o Exército, foi expedido o documento constante do anexo, contendo o posicionamento deste ODS.

3. Isto posto, remeto-vos o presente expediente para conhecimento e determino-vos que seja publicado, na íntegra, em separata ao Boletim Informativo do mês de agosto dessa Setorial Contábil.

---

Gen Div SEBASTIÃO PEÇANHA  
Subsecretário de Economia e Finanças

OSÓRIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 08, de 29 de agosto de 2008</i>	Pág 23	
----------	--	--------	--



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS  
(Contadoria Geral / 1841)**

**PARECER Nº 054 /AJ/SEF**

**Brasília, 31 de julho de 2008.**

**1. EMENTA** – licitação; dispensa; inexigibilidade; cursos; contratação direta; exclusividade.

**2. OBJETO** – verificar a licitude quanto à contratação direta de cursos em geral para capacitação profissional de militares e servidores civis desta Força Armada.

**3. LEGISLAÇÃO PERTINENTE**

a. Constituição Federal de 05 Out 1988

b. Lei 8.666, de 21 Jun 1993 – Licitações e Contratos na Administração Pública

**4. RELATÓRIO**

Trata-se de consulta submetida pelo Comando de Operações Terrestres (COTer) sobre definição de “objeto de contratação” visando à inscrição de militares e servidores civis em cursos, seminários, simpósios e eventos de capacitação e/ou qualificação profissional, mediante contratação direta.

**5. APRECIÇÃO**

a. A Licitação é a regra geral para que a Administração adquira bens, produtos e serviços. Não obstante, prevê a Lei casos em que essa regra geral é amenizada, abrangendo os casos de dispensa ou inexigibilidade. Tanto esta como aquela devem ser necessariamente justificadas, sendo que o respectivo processo deverá conter elementos que demonstrem a caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa ou a razão pela qual se escolhe tal fornecedor por inviabilidade de competição, quando for o caso.

b. A Licitação é tida como inexigível quando há a impossibilidade jurídica de competição, quer pela natureza específica do negócio, quer pelos objetivos sociais visados pela Administração. A Lei nº 8.666, de 21 jun 1993, em seu art. 25, refere-se à inviabilidade de competição e, em especial, aos casos em que o fornecedor é exclusivo ou é o único que reúne as condições necessárias à plena satisfação do objeto (caso de serviços técnicos especializados).

c. A exclusividade poderá ser industrial ou comercial. No primeiro caso, não há dúvida quanto à inexigibilidade; no segundo, vale só para a praça de comércio que abranja a localidade de licitação. O caso de serviços técnicos especializados refere-se à impossibilidade de competição, dada a notória especialização de natureza singular, que termina por individualizar quem os presta.

d. A Lei nº 8.666, de 1993 apresenta um rol acerca de quais seriam esses serviços, expressos em seu art.13: os referentes a estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos; pareceres, perícias e avaliações em geral; assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços; patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas; treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

e. O posicionamento desta Secretaria fundamenta-se em consagradas decisões manifestadas pelo Tribunal de Contas da União. Com efeito, já se manifestou aquela egrégia Corte sobre procedimentos de inexigibilidade de licitação, mormente os que dizem respeito ao treinamento e ao aperfeiçoamento de agentes públicos por intermédio da contratação de cursos realizados junto a pessoas físicas e jurídicas de notória especialização. Referência entre tais decisões, destaca-se a de número 439, de 15 jul 1998, proferida pelo Plenário, inspiração para a solução ao questionamento apresentado por esse ODS, como será visto a seguir:

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 08, de 29 de agosto de 2008	Pág 24	
----------	---	--------	--

f. No que diz respeito à contratação de professores e à inscrição de servidores para participação em cursos abertos a terceiros, o posicionamento do TCU é claro e contundente, como pode ser visto, *in verbis*:

**Decisão O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:**

***1. considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado como inciso VI do art.13 da Lei nº 8.666/93.***

g. Quanto aos cursos considerados “fechados”, ou seja, desenvolvidos e adaptados para a realidade da organização e suas necessidades específicas, o Ministro Relator, na mesma Decisão, afirmou o seguinte:

***Excetuados os casos de cursos virtualmente padronizados, que utilizam métodos de ensino de domínio público – como o são, por exemplo, os cursos de línguas, ou os cursos de utilização de sistemas de microcomputadores – parece-me inviável pretender que se possa colocar em competição o talento e a capacidade didática de mestres em matérias de nível superior, sobretudo quando se trata de ministrar conhecimentos especializados, para complementar e aprofundar a formação de profissionais de nível universitário.***

h. Significa dizer que cursos padronizados, com métodos de ensino de domínio público ensinam, sim, a possibilidade de competição e, por isso, levam, inarredavelmente à instauração de um certame licitatório. Por outro lado, cursos específicos, ministrados, no mais das vezes, por autores e personalidades consagradas nos meios respectivos *afastam* essa possibilidade de competição, levando, assim, à inexigibilidade da licitação.

i. De maneira a esclarecer esse raciocínio, asseverou o Ministro Relator da Decisão acima referida que “a contratação de um curso específico para servidores da área de informática, por exemplo, exige a realização de licitação, ainda que o treinamento desejado seja inteiramente adaptado às necessidades, às máquinas e aos programas utilizados pela contratante”. Ainda: “Para os cursos regularmente oferecidos por mais de uma empresa, não há que se falar em inexigibilidade, pois não há singularidade no objeto e, portanto, a competição é perfeitamente possível”. Ao focar a necessidade de licitação, destacou, ainda:

***Muitos órgãos têm insistido na prática de contratar, mediante dispensa de licitação, pessoas físicas ou jurídicas para ministrarem cursos específicos, cujos valores se situem abaixo do limite para o convite. Quando precisam formar outra turma para a mesma disciplina, repetem o procedimento, contratando outra ou a mesma pessoa. Essa atitude, na verdade, constitui fracionamento da despesa e já foi condenada reiteradas vezes pelo Tribunal.***

j. O Ministro ADHEMAR PALADINI GHISI, relator da Decisão que respalda o posicionamento deste ODS, cita, também, entendimento do Ministro CARLOS ÁTILA no sentido do reconhecimento de que há necessidade de assegurar ao Administrador ampla margem de discricionariedade para escolher e contratar professores e instrutores. Ressalta, ainda assim, que essa discricionariedade deve aliar a necessidade administrativa à qualidade perseguida, nunca à simples vontade do administrador.

## 6. CONCLUSÃO

a. Isso posto, é de se afirmar que a contratação de professores, conferencistas ou instrutores enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art.13 da Lei nº 8.666/93. Nessa senda, a inscrição de servidores para participação em cursos abertos a terceiros enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista em tal dispositivo.

b. Contudo, na contratação de curso “fechado” considerado “virtualmente padronizado, que utiliza método de ensino de domínio público” – por exemplo, cursos de línguas, cursos de utilização de sistemas de microcomputadores ou cursos regularmente oferecidos por mais de uma empresa – a competição é possível e, portanto, exige-se a realização de processo licitatório.

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 08, de 29 de agosto de 2008</i>	Pág 25	
----------	--	--------	--

c. Ainda no que tange à contratação de curso “fechado”, inteiramente adaptado às necessidades da UG, tem-se que o mesmo se enquadra na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art.13 da Lei nº 8.666, de 1993, em função da singularidade dos serviços e da notória especialização da pessoa física ou jurídica contratada, assegurando ao Administrador ampla margem de discricionariedade para escolher e contratar professores e instrutores.

**É o Parecer.  
S.M.J.**

**GUSTAVO CASTRO ARAUJO – 1º Ten QCO - Direito**  
Adjunto da Assessoria Jurídica/SEF

**De Acordo:**

**ETIVALDO MAIA MONTEIRO FILHO – Cel**  
Chefe da Assessoria Jurídica /SEF

## **7. DECISÃO –**

- a. Concordo com o presente Parecer.
- b. A Assessoria Jurídica da SEF providencie expediente deste Subsecretário ao Sr Subcomandante do COTER, remetendo este Parecer àquele ODS, para conhecimento e providências decorrentes.
- c. Providencie, ainda, a A/1, expediente circular às ICFEx, determinando a publicação deste Parecer, na íntegra, em separata ao Boletim Informativo do mês de agosto de 2008.

**Gen Div SEBASTIÃO PEÇANHA**  
Subsecretário de Economia e Finanças

**OSORIO 200 ANOS**  
**“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”**